



DOS CENTROS AOS SUBÚRBIOS: PERSPECTIVAS MATERIAIS E SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO DE CAJAZEIRAS-PB (1876-1903)

Ana Victória de Medeiros Oliveira
Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal da Paraíba
anavictoria.dma@gmail.com

RESUMO: Cajazeiras é uma cidade localizada no Alto Sertão do Estado da Paraíba e, assim como diversas outras espacialidades, possui sua trajetória intimamente ligada a um grupo de elite dominante. Em virtude desse ideal tradicional, diversos outros protagonistas e aspectos da região foram silenciados nas produções memorialísticas, e incorporadas por acadêmicos. A presente análise é fruto de um dos capítulos do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, ao qual propõe uma revisão acerca de Cajazeira-PB, com o objetivo de discutir a sua constituição e suas tramas sociais entre os anos de 1876 e 1903, a partir do uso de fontes escritas, como os inventários post-mortem e Processos Crimes. Sob a ótica da História Local e Urbana, e com apoio de autores que discutem a temática, analisar-se-á Cajazeiras para além do plano discursivo material tradicional, destacando, a diversidade de sua composição social, atuante na formação da espacialidade do lugar.

Palavras-chave: cidade; espaço urbano; cajazeiras.

Cidade inventariada: a composição do mundo urbano e as relações sociais na cidade

Na formação econômico-social da Paraíba na Primeira República quase não há diferença entre o rural e o urbano, de maneira que nesse período as cidades do Estado têm seu crescimento ligado às atividades complementares da zona rural, a partir da comercialização de produtos agrícolas (Gurjão, 1994). O mundo urbano e rural em Cajazeiras também não era bem delimitado no período de análise, desde os seus primórdios as atividades envolvidas nesses dois âmbitos se confundem.

Quando a mesma localidade surge enquanto uma povoação, ela possuía características rurais, mas a partir do processo de urbanização, da criação de instituições que remetia a um desenvolvimento regional e a estruturação do local, como a Igreja, os estabelecimentos comerciais, a Casa de Coletoria, a Praça da Matriz, o Mercado Público, a Câmara e Cadeia, o Colégio, a feira e outras, passa a se ter a ideia de que ali estava a cidade, ali estava a sua zona urbana.

Dentro da pesquisa, esses conceitos foram utilizados para pensar os dois lugares. Portanto, compreendemos por urbano aqueles espaços localizados nas ruas dentro da cidade, ou seja,

onde observamos os imóveis residenciais, empresariais e demais atividades desenvolvidas nesse ambiente, e por rural, compreendemos toda unidade que se distanciava deste centro e se encontrava localizada nos sítios. Inclusive, a própria documentação analisada possibilita essa interpretação, pois à medida em que os bens são descritos, são associados às atividades desenvolvidas nos espaços.

Para reconstituir o que se compreende enquanto zona urbana, verificou-se 131 imóveis, dentro do recorte temporal estabelecido,⁹¹ de modo que possuíam tanto características residenciais quanto comerciais, e a nomeação das ruas estava associada muito àquilo que era desenvolvido nela, ou a alguma característica que descrevesse bem a região. A saber: Rua da Feira Velha, Rua do Mercado, Rua do Sangradouro, Rua do Comércio, Rua da Matriz, e Rua do Sol, são alguns exemplos de designações utilizadas para intitular os espaços que compunham a o que o professor Osmar Filho chama de “pequena urbe” (Silva Filho, 1999, p. 292), que em 1890 possuía cerca de 290 prédios, no espaço demonstrado o mapa abaixo.

Imagem 1: Zona urbana de Cajazeiras (1890)



Fonte: Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras e Livro Ruas de Cajazeiras. Elaborado pela autora (2022)⁹²

⁹¹ A escolha pelo ano de 1876 como início do recorte, deu-se ao fato de que neste ano Cajazeiras tornou-se cidade (Santana, 2022), já opção pelo ano de 1903 como fim do recorte, faz referência aos últimos processos catalogados no arquivo pesquisado.

⁹² O presente mapa foi criado através do livro “Ruas de Cajazeiras”, que foi escrito com base no imposto predial de 1890. A obra é de autoria de Deusdedit Leitão, um escritor e memorialista da cidade de Cajazeiras. Para mais informações sobre as ruas que compunham o espaço urbano, ver: OLIVEIRA, Ana Victória de Medeiros. **A cidade e o povo:** composição espacial e relações sociais em Cajazeiras (1872-1903). 2023. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023.



Esse mapa foi elaborado com base nas informações obtidas por meio do cruzamento de dados e fontes. Nele, não houve preocupação em referenciar as residências, apenas os nomes das ruas atuais, e os pinos em cores variadas são referentes apenas aos logradouros existentes no período. Nos inventários há referência aos nomes das ruas antigas, e através do Livro Ruas de Cajazeiras, de autoria de Deusdedit Leitão, que explica a cidade através dos seus logradouros atuais e como se chamavam anteriormente, foi possível realizar tal empreitada.

A dita obra foi escrita com base no arrolamento das casas da cidade, realizado em 1890, para o pagamento do Imposto predial de 1891, que se tratava de uma taxa paga pelos imóveis construídos na zona urbana. No entanto, não se obteve acesso ao documento, pois não é sabido no meio acadêmico se o mesmo ainda existe e onde poderia estar. Por isso, o livro de Deusdedit Leitão foi utilizado como base para a observação da área existente durante o período estudado. As informações da obra foram organizadas com auxílio da plataforma *My Maps* do Google.

Nesse sentido, o trecho urbano que mais possui imóveis catalogados é a atual Rua Padre José Tomaz, ela envolvia tanto a chamada Rua do Comércio, quanto a Rua do Coração de Maria. Esta, abarcava uma área comercial de grande concentração de atividades, e talvez por esse motivo se destaque na documentação com maior predominância de prédios. Segundo Leitão (2005), esse era o trecho que envolvia o Mercado Público, o que interfere para que a artéria possuísse uma grande movimentação de pessoas e atividades, e conseqüentemente se tornasse uma área de significativo interesse daqueles que desejavam desenvolver atividades comerciais na cidade. O Almanak do Estado da Paraíba (1899) aponta ainda que existia uma casa de açougue edificada no mesmo sentido do Mercado Público, o que nos leva a crer que ambos os prédios estivessem localizados nessa rua.

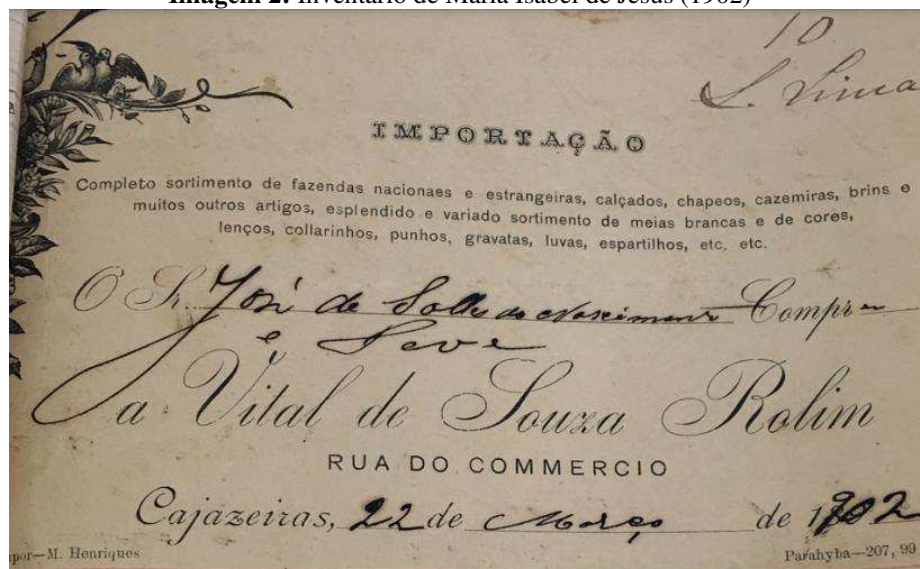
Isso posto, o indicativo para as atividades comerciais no trecho pode ser observado a partir de um imóvel inventariado em um auto processual, o qual contava com “com duas portas de frente e uma de fundo, dois compartimentos com prateleiras para exposição e depósito de fazendas, balcão, vitrine e mais acessórios de casa de comércio”.⁹³ Assim, as prateleiras, possivelmente serviam para a organização da mercadoria, as vitrines que deveriam expor os itens aos clientes, já o balcão e os acessórios reforçam essa característica comercial do imóvel.

⁹³ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.



Além desse exemplo, há outra descrição com características semelhantes ao imóvel citado, que é apresentada no mesmo processo. O bem contava com “com prateleiras, um caixão grande para depósito e mais acessórios de loja”, fazendo referência às atividades comerciais.⁹⁴ Uma outra questão que pode ser analisada em relação a essa rua, é que nela localizava-se um estabelecimento comercial de Vital de Sousa Rolim, um conhecido comerciante da cidade. Mediante uma espécie de recibo anexado em um processo de inventário, podemos notar também os itens vendidos nesse lugar, conforme consta na imagem adiante. Os comércios de fazendas eram lojas de tecidos e aviamentos, e no caso do citado, também havia a comercialização de outros itens, como os calçados, chapéus, meias, lenços, colarinhos, punhos, gravatas, luvas, espartilhos e outros itens. Estes produtos estavam associados aos modos de vestir da população, que em grande medida dizia respeito ao que Georg Simmel chamou de “a necessidade de distinção, a tendência à diferenciação, à variação, ao destaque.” (Simmel, 2008, p. 165). Logo, as dívidas possuídas pelas famílias, como a demonstrada na imagem acima, por vezes estavam associadas às compras feitas ao estabelecimento, e a essa possibilidade de vestir-se à moda.

Imagem 2: Inventário de Maria Isabel de Jesus (1902)⁹⁵



Fonte: Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras Dr. Ferreira Júnior.

⁹⁴ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

⁹⁵ Inventário de Maria Isabel de Jesus, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1902.



Além de comerciante, Vital de Sousa Rolim também realizava empréstimos à juros, e mesmo que as informações citadas nos inventários sejam poucas sobre essas relações de crédito, Rita de Cássia Almico (2011) destaca que elas “nos levam a constatação da existência de um dinâmico mercado de crédito que contava, principalmente, com a participação dos indivíduos da cidade e região, e podia envolver tanto dinheiro, quanto mercadorias e serviços.” (Silva Almico, 2011, p. 474). Portanto, as dívidas poderiam ser fruto tanto dos empréstimos, quanto das compras de fazendas, e ao que se percebe, muitas pendências seriam sanadas com a realização do processo do inventário e a destinação de alguns bens para o pagamento delas. Mas na maioria das vezes não é possível saber a origem das mesmas.

Todavia, a Rua Padre Tomaz também envolvia a Rua do Coração de Maria, que dava acesso ao cemitério de mesmo nome desta rua. Sobre ela, há uma menção que se destaca das demais, pois não é comum que as fontes estudadas tragam informações detalhadas sobre os velórios e sepultamentos. Nestes autos, há a indicação que houve um sepultamento no cemitério da Capela do Coração de Maria, e o morto foi envolto em hábito preto e encomendado solenemente pelo vigário”.⁹⁶

Essa citação contida no processo, que faz referência aos ritos de passagem da vida para a morte, demonstra os signos religiosos presentes na sociedade estudada, que fundamentava a organização da cultura local e demonstra a preocupação do morto e de sua família com o fim do ciclo da vida. Nessa situação, a indumentária preta está representando a morte, e a recomendação do vigário é um cumprimento dos sacramentos da Igreja Católica no fim da vida.

Já a atual Avenida João Pessoa, conhecida na época como Rua do Sangradouro ou Rua Nova, é verificada a partir de edificações que lhe compunham, e também concentrava um significativo número de imóveis. Com base nos dados do Imposto Predial de 1890, Deusdedit Leitão (2005) informa que o trecho contava nesse ano com cerca de quarenta e nove casas, o que fazia dele a área de maior concentração de imóveis. Talvez por isso, os únicos sobrados verificados na documentação estejam localizados justamente na Rua Nova, aos quais estavam em construção em 1894.

⁹⁶ Petição por justificação de herança iniciado por Pedro Paes de Lavôr Barrêto, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1894.



A atual Rua Joaquim de Sousa, que era conhecida também como Rua da Feira, por abrigar a realização da feira semanal da cidade, passou a ser conhecida como Rua da Feira Velha a partir do momento em que esta atividade foi transferida para o Mercado Público, no fim do século XIX. A partir dos imóveis inventariados, nota-se que nela não há indicativo de atividades comerciais, e as suas menções estão associadas a edificações que denotam um uso residencial, como por exemplo: uma casa, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas.⁹⁷ Segundo Deusdedit Leitão (2005) o logradouro em 1890 contava com 28 casas, não sendo citados imóveis comerciais.

A atual Rua Epifânio Sobreira, também conhecida no período como Rua do Sol, contava com 19 casas em 1890, e quase todas elas estavam localizadas no trecho comercial, (Leitão, 2005). Mas na documentação analisada não há nenhuma menção a objetos presentes nessas casas que nos remete a essas atividades. No entanto, como a localização analisada estava intimamente ligada às práticas comerciais de Cajazeiras é possível que os imóveis descritos também fossem usados para tal finalidade, como é o caso de uma casa, que por ter duas frentes em formato de “L” e cinco portas nelas, poderia ser uma localização oportuna para uma atividade comercial.⁹⁸

Além disso, a Rua Padre Rolim, que no período estudado era conhecida como Rua da Aurora, é mencionada também na documentação como Rua da Cadeia, possivelmente pelo fato de que esse logradouro contava com a Casa de Câmara e Cadeia, que era chamada dessa forma por abrigar ambas as coisas. Segundo o Almanak do Estado da Paraíba (1889, p. 372), a Casa de Câmara e Cadeia de Cajazeiras era um belo e vasto edifício, onde podiam ao mesmo tempo funcionar o júri e o conselho municipal. Nos autos há uma menção a essa instituição, à medida em que foi inventariado um bem descrito como “os alicerces do terreno junto a casa da camara”.⁹⁹ Esse logradouro, contou também com duas escolas, uma para o sexo masculino, sob a orientação do professor Crispim Coelho, e outra para o sexo feminino, sob a orientação da professora Vitória Bezerra.¹⁰⁰

⁹⁷ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

⁹⁸ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884.

⁹⁹ Inventário de Josefa Candida Beserra, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1876.

¹⁰⁰ É sabido que esta, em 22 de abril de 1898 presta juramento para ocupar o cargo de professora do ensino primário para o sexo feminino. Livro de Termos de Juramento, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1898.



Já a área que engloba a Praça Nossa Senhora de Fátima, a qual se localiza na atual Rua Higino Rolim, era delimitada pela Rua do Cruzeiro, no entanto a localidade foi descrita nos inventários como Rua da Matriz ou Pátio da Matriz. Esta área ganhou destaque ainda no século XIX, e segundo Deusdedit Leitão (2005) envolvia as famílias de maior representação local. Assim, é importante lembrar que por estar nos arredores da igreja, o lugar funcionava enquanto um espaço de sociabilidade, é em torno da praça que existem os encontros pós celebrações, bem como as festas e demais encontros. Este é, portanto, um lugar que se constitui a partir de vários movimentos, sejam eles culturais, sociais e políticos, marcados pelos vínculos criados nele.

A atual Coronel Guimarães, que era chamada de Rua da Boa Vista, possui na documentação características majoritariamente residenciais, mas entre elas um imóvel se destaca, sendo descrito como:

uma casa de tijollo, tendo também frente para a Rua do Coração de Maria, com duas portas e quatro janellas para a primeira rua e duas portas e quatro janellas para a segunda, trez sallas, cinco quartos, sotão com duas janellas e varanda, cozinha, muro, parte em preto e parte em branco, tendo mais em sua compreensão um quarto apropriado á loja, com frente para a rua do coração de Maria [sic].¹⁰¹

Então, conforme pode-se notar através do texto integral do documento, essa edificação se destaca das demais em virtude de ser própria tanto para um estabelecimento comercial, quanto residencial. Isso reforça a possibilidade de que as casas descritas pudessem ser utilizadas para ambas atividades.

E por fim, há a atual Rua Padre Manoel Mariano, que também se localizava na área comercial da cidade e nas proximidades do Mercado, era nomeada anteriormente de Rua Bela e de Rua do Coração de Jesus (Leitão, 2005), como consta nos processos verificados. Em geral, aqueles imóveis que estavam presentes nestas ruas aparentemente possuíam características residenciais, como se nota na descrição de “uma casa de tijolo, toda em preto, com uma porta de frente e outra de fundo, duas salas”.¹⁰² Assim como esse último imóvel, diversos outros são descritos sendo em preto ou em branco, de modo que essa característica está associada à existência ou não do acabamento da edificação. (Santana, 2022; Figueiredo, 2022).

¹⁰¹ Inventário de Francisco Biserra de Sousa, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1884

¹⁰² Idem.



Não obstante, como pode-se perceber, a produção desse espaço urbano, que se encontra manifesto até mesmo através do nome das ruas, está associada a uma manutenção do destaque e protagonismo masculino. Esse lugar carrega nomes de homens da vida pública, sejam eles políticos, burocratas, escrivães, militares, comerciantes ou padres, de maneira que os mesmos, ao serem homenageados no espaço, são inseridos na memória coletiva como homens que influenciaram no progresso e desenvolvimento local.

Segundo Julia Garcia da Silva (2020), tal fato reforça o ideal de que as cidades, por serem produtos históricos da construção humana, refletem a estrutura da sociedade, por isso, é perceptível também no ambiente urbano, o impacto desses paradoxos associados ao gênero. Consequentemente, esse espaço deve ser enxergado enquanto um lugar político, produzido por signos discursivos e materiais, onde a memória mantida oficialmente está associada, sobretudo, aos interesses daqueles que detinham o poder regional.

Todavia, outra questão que chama atenção em relação a essa cidade, é que muitos dos imóveis são descritos como edificadas nas terras da Igreja Matriz. Dos 130 imóveis localizados, 77 possuem edificação situada em terras do Patrimônio da Padroeira. Isso está relacionado ao fato que na Colônia era comum que cada nova Vila tivesse uma jurisdição de uma légua em quadra,¹⁰³ logo, todas as terras concedidas dentro desse espaço eram da Câmara, a qual poderia cobrar foro. No caso de Cajazeiras, a Igreja deveria ser uma grande proprietária, e parte da cidade deve ter crescido com base em sua propriedade por meio do pagamento do foro. Isso se dá sobretudo em virtude da participação da Igreja Católica na ocupação dos espaços sertanejos, que aliada às outras instituições, esteve inserida na administração local. (Mello, 1983, p.40)

Além disso, por meio do Alamanak do Estado da Paraíba (1899) sabe-se que em 1899 essa cidade era iluminada, — a fonte não nos diz de que modo, mas provavelmente não era por energia elétrica — contava em estabelecimentos de fazendas (tecido), secos e molhados (mercearia), farmácia, loja de barbeiro, alfaiataria, diversas tendas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, carpinteiro, funileiro, pedreiros e louceiros de barro vermelho, além dos fornos — onde era preparada a cal branca para o consumo da cidade e dos municípios vizinhos — templos, cemitérios, casa de caridade e escolas. Portanto, nota-se que o comércio desenvolvido contava

¹⁰³ Aproximadamente de 6,6 km de comprimento por 6,6 km de largura. BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



com um nicho bem consolidado, o que de certa maneira garantia tanto o acesso aos produtos, quanto a formulação de relações com as outras províncias, e o desenvolvimento econômico do local.

Deste modo, partindo do pressuposto que essas atividades e instituições, influenciam no crescimento do espaço urbano, e conseqüentemente na modificação desse corpo material, foi sendo gerado o que se compreende-se por urbanização. Sendo que este processo não significava apenas mero “aumento” das cidades, mas um movimento, que envolve característica de ordens econômicas, sociais, culturais e políticas. Ao qual com início da República, passou a ser não mais o adensamento populacional nas áreas urbanas, mas sim a modernização. (Silva, 2004)

Logo, a urbanização segundo Ligia Maria Silva, durante o recorte estudado:

passa a ser um processo mais complexo, trazendo para as cidades a necessidade da implantação de infra-estrutura urbana (serviços de iluminação pública, água, saneamento, vias e transporte coletivo), sistema educacional (de base acadêmica européia) e os meios de informação por onde as influências inovadoras penetram, como teatros, museus, bibliotecas, jornais, agremiações, partidos políticos e outros, diversificando a vida urbana, antes centrada nas atividades religiosas. (Silva, 2004, p. 35)

Por conseguinte, este progresso está envolto em questões associadas às reformas espaciais e urbanísticas propagadas nesse período. O mesmo processo envolve também atributos econômicos, sociais, e sobretudo culturais, visto que não é apenas o local que se transforma, os hábitos, práticas e mentalidades também sofrem alterações. Dessa forma, a urbanização pode ser descrita segundo uma metamorfose, que acontece para além do plano material, que fazia parte da vida cotidiana da cidade de que se fala, e era vivida intensamente por aqueles que a constituíam.

Entretanto, em meio a esses processos de modificação urbana e modernização, podemos notar o aparecimento de um outro espaço, o subúrbio. O conceito, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1832) significava arrabalde da cidade, ou seja, nas adjacências, ou vizinho a cidade. O mesmo lugar pode ser percebido em uma solicitação para a realização de um inventário, onde o juiz manda convocar uma residente no Sítio Capoeiras, e este é destacado como quase subúrbio desta cidade.¹⁰⁴ Nos estudos em relação ao urbano, como o desenvolvido

¹⁰⁴ Inventário de Alexandre Ferreira Lima, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901



por Leonardo dos Santos (2011, p. 2), nota-se que “as imagens e noções que se referem ao subúrbio como um espaço de mistura, de indefinição de fronteiras entre os usos rurais e urbanos são verdadeiramente persistentes”. Nos autos analisados pode-se verificar que o subúrbio é apontado desta mesma forma.

Em um processo crime, em que uma mulher é morta pelo seu companheiro, a descrição que o inícia informa que a vítima foi assassinada na cidade. Uma das testemunhas diz que “o assassinato fora praticado no suburbio desta cidade”, já o juiz afirma que o acusado “ao pé desta cidade assassinou sua companheira”.¹⁰⁵ Assim, em um único caso, várias são as descrições de um mesmo ambiente, e isso se dá em virtude das diversas visões que os indivíduos tinham do local do crime. Desse modo, não se pode afirmar exatamente onde foi praticado o crime, mas podemos refletir sobre como os diversos grupos percebiam essa cidade e as zonas que lhe cercavam.

No mesmo auto, outro indivíduo chamado para depor diz ter ouvido dizer que “próximo a esta cidade umas trezentas braças mais ou menos, na entrada que segue desta cidade para o norte” a vítima tinha sido assassinada. Portanto, o que sugerimos é que esse local citado, tido como “subúrbio”, em seus sentidos geográficos, distanciava-se do centro a menos de 700 metros, do foco da vida urbana, ou seja, não estava totalmente desconectado dela. Tratava-se de um lugar indefinido, entre a zona rural e urbana, mas que possuía conexões ativas e com a cidade.

Leonardo dos Santos (2011) que analisa o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro também no século XIX, considera que este ainda não era compreendido como um local de moradia popular no período, mas no caso da nossa documentação as menções a esse lugar, também o associam a crimes. Além do que já foi citado, um outro processo foi iniciado quando um “soldado do corpo de segurança compareceu na casa do subdelegado informando que tinha efetuado nos subúrbios desta dita cidade a prisão de Antonio Pedro da Silva que roubou no estabelecimento comercial do cidadão José Calheiro”.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Sumário de Culpa por crime efetuado contra Francisca de Tal, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1901.

¹⁰⁶ Sumário de culpa por crime efetivado contra José Calheiro, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1903.



Segundo o processo, um homem que permaneceu dentro do Mercado Público de Cajazeiras após o encerramento das atividades, onde pernitoiu, acabou por subtrair “uma lata contendo trinta e tantos mil réis” de um dos estabelecimentos do mercado. Portanto, além das compreensões dentro da História Urbana que percebem o subúrbio como um lugar de fronteiras indefinidas, também havia questões sociais que perpassavam pela sua constituição. Mas assim como nos inventários, em que existe a valorização do olhar dos avaliadores para a descrição dos bens, o que está sendo valorizado nos processos crimes é o olhar do Estado e daqueles que realizam o procedimento jurídico.

Desse modo, as questões sociais que atravessam a construção da imagem do subúrbio podem ser analisadas na documentação verificada. Consta em outro processo crime uma menção a João José, que era dono da casa de jogo localizada no subúrbio desta cidade.¹⁰⁷ Então, o subúrbio é um espaço cuja imagem vai sendo construída em Cajazeiras na transição do século XIX para o XX, como aquele que envolve atividades e pessoas que são em alguma medida rejeitadas pelos que dominam as instituições da cidade e a ordem. Então, o que prevalece na documentação é o olhar que tem o subúrbio como o lugar dos crimes e da baderna.

Por isso, vale ressaltar que enquanto um documento como o Almanak do Estado da Parahyba (1899), que funcionava como um informativo para a população das questões administrativas e burocráticas, descreve o espaço urbano da cidade estudada de uma forma bastante organizada, com ruas largas, com casas de boa aparência e construção, um lugar guiado pelo progresso econômico e comercial, os processos crimes nos mostram uma outra expressão dessas vivências na cidade. Sendo que estas questões estão para além da narrativa romântica sobre a urbe.

Por conseguinte, a cidade é constituída por questões que se fundamentam com o espaço urbano, e estão além de suas características físicas. Logo, a produção da cidade, é feita por todos os indivíduos, nos levando a crer, como aponta Sandra Pesavento, que:

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe

¹⁰⁷ Sumário de culpa por briga ocorrida entre Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras, 1896.



como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam. (Pesavento, 2007, p. 16)

Dessa maneira, o espaço atual da cidade de Cajazeiras, possui nele a presença de diversas cidades, as suas ruas e seu traçado urbano conta as trajetórias de diversas metamorfoses vivenciadas por aqueles que a habitaram. É neste ambiente que se encontram refletidos inúmeros outros tempos, cidades que foram produzidas, organizadas, transformadas e vividas pelos seus cidadãos, que nela socializaram, trabalharam, compraram em seus estabelecimentos comerciais, foram à missa, viveram e morreram. Portanto, a cidade só pode ser compreendida em virtude da ação humana efetivada nela.

Fontes publicadas

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial do estado da Parahyba. Paraíba: Imprensa Oficial, 1899. 23,5x15. <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanak-paraiba/820261>. Acesso em: 18 jan. 2023. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=820261>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Fontes Manuscritas

Arquivo do Fórum Municipal de Cajazeiras Dr. Ferreira Júnior

Inventário de Josefa Candida Beserra, 1876.

Inventário de Francisco Biserra de Sousa, 1884.

Petição por justificação de herança iniciado por Pedro Paes de Lavôr Barrêto, 1894.

Sumário de culpa por briga ocorrida entre Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, 1896.

Inventário de Alexandre Ferreira Lima, 1901

Sumário de Culpa por crime efetuado contra Francisca de Tal, 1901.

Inventário de Maria Isabel de Jesus, 1902.

Sumário de culpa por crime efetuado contra José Calheiro, 1903.

Referências Bibliográficas



DA SILVA, Julia Garcia de Souza. A mulher na cidade - uma proposta metodológica para a análise do espaço urbano sob a perspectiva do movimento de mulheres na cidade de Salvador. **Revista Encantar**, v. 1, n. 1, p. 44-60, 26 fev. 2020.

FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Cajazeiras e cultura material: entre o cabedal familiar e a fortuna de Francisco Bezerra de Sousa (1876-1900)**. 2022. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Editora Universitária, Universidade Federal da Paraíba, 1994.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do Tempo. Memórias**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

_____. **Ruas de Cajazeiras**. João Pessoa: Ideal, 2005.

_____. **Vida e obra do Padre Rolim**: Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. Brasília: Senado Federal, 2000.

MELLO, Humberto. Instituições político-culturais da Paraíba Colonial. In: OCTÁVIO, José. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa: Universitária, 1983. p. 35-42

OLIVEIRA, Ana Victória de Medeiros. **A cidade e o povo: composição espacial e relações sociais em Cajazeiras (1872-1903)**. 2023. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11-23, 2007.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 19 jan. 2023

SANTANA, Hava Mariana de Oliveira. **Da porta para dentro: o habitar sertanejo a partir dos inventários post-mortem (Cajazeiras, séc. XIX)**. 2022. 121f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura. **Chão Urbano**, v. 1, p. 1-17, 2011.

SILVA ALMICO, Rita de Cássia da. Pedir e emprestar: o mercado do crédito em uma comunidade cafeeira. In: **Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira**



[Proceedings of the 14th Seminar on the Economy of Minas Gerais]. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **A viagem das formas: a aquisição do moderno.** 1999. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Características da urbanização na Paraíba. **Logepa**, João Pessoa, v. 3, n. 5, dez, 2004. p. 34-39.

SIMMEL, Georg. A moda. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte.** v. 1, n.1, abr./ ago., São Paulo: 2008, p. 163-187.

FOMES, SECAS E PESTES: MORTALIDADE E MORBIDADE NOS SERTÕES DO SERIDÓ POTIGUAR OITOCENTISTA

Gracineide Pereira dos Santos Oliveira
Estagiária de Pós-Doutorado - Programa de Pós-graduação em História do CERES
(PPGHC-UFRN)
Bolsista CNPq/Fapern
gracineidepereira@yahoo.com.br

RESUMO: A presente comunicação faz parte da tese de doutorado “Perfil Demográfico de Paróquias do Seridó/ Rio Grande do Norte – Brasil (1840-1900)” e das investigações vinculadas ao Pós-doutorado, na Pós-graduação em Histórias do Sertões (CERES-UFRN). E tem por objetivo expor o comportamento da mortalidade e da morbidade das paróquias do Seridó (Sant’Anna-Caicó; Nossa Senhora da Guia-Acari e Nossa Senhora da Conceição-Jardim do Seridó), em períodos de crises (fomes e secas). As fontes utilizadas foram os registros paroquiais e os recenseamentos de 1872, 1890 e 1900. As informações foram analisadas à luz da estatística descritiva, dos métodos da Demografia Histórica e das referências bibliográficas sobre os Sertões do Seridó, possibilitando mostrar um perfil geral do comportamento e das características demográficas e sociais dessas paróquias.

Palavras-chave: Demografia Histórica; Registros Paroquiais; Mortalidade; Morbidade; Sertões.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados sobre o comportamento da mortalidade e da morbidade em períodos de crise, fomes e secas nos sertões do Seridó, na segunda metade do século XIX, sendo uma releitura destas temáticas investigadas na tese de doutorado “Perfil Demográfico de Paróquias do Seridó/ Rio Grande do Norte – Brasil (1840-